



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 29/03/2019 das 9h30 às 16h00

Local: Casan – Estreito/Florianópolis

I - PARTICIPANTES:

1	ANAMMA	Janaina Mendes;
2	ABES	Fernanda Maria F. Vanhoni;
3	CASAN	Patrice Juliana Barzan;
4	CIMVI	Sandra Regina Batista, Rafael Paludo
5	CRQ-XIII	Jonas Comin Nunes (Presidente) ; Odilon G. Amado Júnior
6	EPAGRI	Célio Haverroth;
7	FACISC	Schirlene Chegatti (relatora); Leticia P. L. Woyakewicz
8	FIESC	Fabiane Nobrega Scalco (Secretária)
9	FLORAM	Cláudio S. da Silveira
10	IMA	Ivana Becker
11	SDS	Luiz Antonio Garcia Correa

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

2. Discussão sobre a revisão dos códigos relativos à piscicultura nas Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017, a fim de adequá-los a Lei Estadual nº 17.622/2018, conforme demanda oriunda da EPAGRI;

Discussão: IMA apresentou a alteração da Resolução nº 98/2017 para as atividades de piscicultura em função da necessidade de ajuste de enquadramento destas atividades devido a publicação da Lei Estadual nº 17.622/2018 (Lei da Piscicultura) que atualizou a Lei nº 15.736/2012.

a) Atividades excluídas das Resoluções nº 98/2017 e 99/2017 (níveis I, II e III):

03.31.00 - Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno: $0,1 \leq LA \leq 5$

Porte Médio: $5 < LA \leq 10$ (RAP)

Porte Grande: $LA > 10$ (RAP)

O porte inferior ao caracterizado como porte “M” será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.

03.31.02 -Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno: $0,1 \leq AI \leq 5$

Porte Médio: $5 < AI \leq 10$ (RAP)

Porte Grande: $AI > 10$ (RAP)

O porte inferior ao caracterizado como porte “M”, será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental –AuA.

03.31.03 -Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Frias.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno: $0,1 \leq AI \leq 5$

Porte Médio: $5 < AI \leq 10$ (RAP)

Porte Grande: $AI > 10$ (RAP)

O porte inferior ao caracterizado como porte “M”, será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental –AuA.



50	
51	b) Atividades a serem incluídas nas Resoluções nº 98/2017 e 99/2017 (níveis I, II e
52	III):
53	
54	03.31.04 – Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros
55	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
56	Porte Pequeno: $LA \leq 5$
57	Porte Médio: $5 < LA \leq 50$ (RAP)
58	Porte Grande: $LA > 50$ (RAP)
59	O porte inferior ao caracterizado como porte “M” será licenciado por meio da expedição de
60	Autorização Ambiental – AuA
61	
62	Justificativa: Este código será incluído nas Resoluções nº 98/2017 e 99/2017 devido à
63	exclusão da atividade 03.31.02 monocultivo, em função de ambos ocorrerem em viveiros.
64	
65	03.31.05 – Sistema II: Truticultura
66	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
67	Porte Pequeno: $VT \leq 300$
68	Porte Médio: $300 < VT \leq 1.000$ (RAP)
69	Porte Grande: $VT > 1.000$ (RAP)
70	O porte inferior ao caracterizado como porte “M” será licenciado por meio da expedição de
71	Autorização Ambiental – AuA
72	
73	Justificativa: Esta atividade será incluída nas Resoluções nº 98/2017 e 99/2017 em
74	substituição a atividade 03.31.03, antigo cultivo em águas frias. A Lei Estadual nº 17.622/2018
75	(Lei da Piscicultura) trouxe nomenclatura específica para enquadramento para trutas.
76	
77	c) Atividade a ser incluída na Resolução nº 98/2017:
78	
79	03.31.06 – Sistema III: Unidade de produção de peixes em tanques-rede
80	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
81	Porte Pequeno: $VT \leq 300$
82	Porte Médio: $300 < VT \leq 1.000$ (RAP)
83	Porte Grande: $VT > 1.000$ (EAS)
84	O porte inferior ao caracterizado como porte “M” será licenciado por meio da expedição de
85	Autorização Ambiental – AuA
86	
87	Justificativa: Esta atividade será incluída na Resolução nº 98/2017 devido a necessidade de
88	adequação aos termos e definições previstos pela Lei Estadual nº 17.622/2018 (Lei da
89	Piscicultura).
90	
91	d) Atividade a ser alterada na Resolução nº 98/2017:
92	
93	03.32.00 - CARCINICULTURA - Unidade de produção de camarão em monocultivo ou em
94	consórcio com outras espécies.
95	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
96	Porte Pequeno: $LA \leq 5$ (RAP)
97	Porte Médio: $5 < LA < 50$ (EAS)
98	Porte Grande: $LA \geq 50$ (EIA)
99	
100	Justificativa: Esta atividade será incluída na Resolução nº 98/2017 devido a necessidade de
101	adequação aos termos e definições previstos pela Lei Estadual nº 17.622/2018 (Lei da
102	Piscicultura).



103	
104	e) Definição de termos e legendas a serem incluídos na Resolução nº 98/2017:
105	a. Incluir definição de Lâmina d'água (LA): considera-se o somatório das áreas cobertas
106	pelas lâminas ou espelhos d'água explorados. Deve ser expressa em hectare (ha);
107	b. Alterar a definição de: VI - Área Inundada (AI): é a área inundada pelo reservatório,
108	determinada pelo barramento com delimitação pelo nível d'água máximo projetado. Para as
109	atividades de aquicultura, entre elas piscicultura e pesque-pague, considera-se o somatório
110	das áreas cobertas pelas lâminas ou espelhos d'água explorados para essas atividades. Deve
111	ser expressa em hectare (ha);
112	c. Alterar na Legenda: CP= capacidade instalada por ciclo de produção;
113	d. Incluir na 98 na Legenda: LA = lâmina d'água (ha);
114	
115	
116	<u>Encaminhamento:</u> Elaborar resposta à Epagri e encaminhar para secretaria executiva para
117	providências. Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da Resolução 98/17 e
118	99/17 para o ano de 2019.
119	
120	3. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao e-mail recebido da Secretaria
121	Executiva do CONSEMA, referente ao enquadramento de tanque de combustível,
122	conforme demanda encaminhada pelo Sr. Carlos Freitas
123	<u>Discussão:</u>
124	From: CF Despachante cfdespachante@gmail.com Date: seg, 11 de fev de 2019 às 16:16
125	Subject: Consulta Resolução 99/2017 To: consema@sds.sc.gov.br
126	Ao CONSEMA SC /Secretaria Executiva Encaminho o presente para efetivar consulta a
127	respeito do enquadramento de um tanque de combustível, nas categorias definidas na
128	Resolução 99/2017 deste CONSEMA. Trata-se de um tanque subterrâneo de três mil litros de
129	diesel, para alimentar um gerador fixo de energia. Ou seja, não é tanque de abastecimento e
130	sim dedicado à um gerador. Entendemos que à exemplo do que define a Resolução 12/2007
131	(texto a baixo) da ANP, este caso não se enquadra como Posto (ou Ponto) de Abastecimento.
132	"Ponto de Abastecimento: instalação dotada de equipamentos e sistemas destinados ao
133	armazenamento de combustíveis, com registrador de volume apropriado para o
134	abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves,
135	embarcações ou locomotivas;"
136	<i>"Parágrafo único: Para fins desta resolução, não se considera Ponto de Abastecimento a</i>
137	<i>instalação destinada ao armazenamento de combustíveis para utilização em equipamentos</i>
138	<i>fixos ou estacionários."</i>
139	<i>"Ficam dispensadas da autorização de operação de que trata o caput deste artigo as</i>
140	<i>instalações aéreas ou enterradas com capacidade total inferior a 15.000 litros..."</i>
141	Dito isso, aguardamos breve resposta deste douto Conselho, sobre nossa consulta.
142	Cordialmente.
143	
144	Códigos avaliados relacionados a tanque de combustível:
145	42.32.00 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos
146	flutuantes e instalações de sistema retalhista.
147	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
148	Porte Pequeno: VT ≤ 60 (RAP)
149	42.32.10 - Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos
150	flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos.
151	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
152	Porte Pequeno: VT ≤ 60 (RAP)
153	42.32.20 – Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis
154	líquidos e gasosos.
155	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M



156	Porte Pequeno: $15 < VT \leq 30$ (RAP)
157	Porte Médio: $30 < VT < 60$ (RAP)
158	Porte Grande: $VT \geq 60$ (RAP)
159	42.32.30 - Substituição de tanques no comércio de combustíveis em postos de abastecimento,
160	postos de revenda, postos flutuantes e instalação de sistema retalhista.
161	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
162	Porte Pequeno: $VT \leq 60$
163	Porte Médio: $60 < VT < 125$
164	Porte Grande: $VT \geq 125$
165	Todos os portes serão licenciados por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.
166	42.32.40 –Posto de abastecimento para consumo próprio, com sistema de armazenamento
167	subterrâneo de combustíveis líquidos e gasosos.
168	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
169	Porte Pequeno: $2 < VT \leq 30$ (RAP)
170	Porte Médio: $30 < VT < 60$ (RAP)
170	Porte Grande: $VT \geq 60$ (EAS)
172	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
173	Autorização Ambiental –AuA
174	
175	Após discussão realizada entre os membros da CTL com base nas informações levantadas e
176	análise da Resolução ANP indicada na demanda, o texto da atividade 42.32.40 será ajustada
177	conforme consenso abaixo para ficar claro aos empreendedores que a atividade deve ser
178	licenciada em função de possuir aspectos ambientais que a enquadram como atividade
179	potencialmente poluidora passível de licenciamento ambiental.
180	
190	Nova Redação:
191	42.32.40 Instalações subterrâneas de tancagem autônoma para consumo próprio de
192	combustíveis líquidos ou gasosos.
193	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M
194	Porte Pequeno: $2 \leq VT \leq 30$ (RAP)
195	Porte Médio: $30 < VT < 60$ (RAP)
196	Porte Grande: $VT \geq 60$ (EAS)
197	O porte inferior ao caracterizado como porte P, será licenciado por meio da expedição de
198	Autorização Ambiental – AuA
199	
200	<u>Encaminhamento:</u> elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providencias de
201	resposta ao requerente. Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da Resolução
202	98/17 e 99/17 para o ano de 2019.
203	
204	4. Discutir e revisar conceito de Atividade Secundária constante na Resolução
205	CONSEMA nº 98/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA;
206	<u>Discussão:</u> Facisc está elaborando proposta para análise e discussão na CTL.
207	<u>Encaminhamento:</u> Será dado continuidade na próxima reunião.
208	
209	5. Discussão e revisão de diversos códigos das Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017,
210	conforme demanda oriunda da ANAMMA e CIMVI;
211	<u>Encaminhamento:</u> Será dado continuidade na próxima reunião.
212	
213	6. Discussão e elaboração de minuta de resposta ao e-mail recebido da Secretaria
214	Executiva do CONSEMA, referente ao enquadramento da atividade de beneficiamento
215	de mármore e pedras ornamentais, conforme demanda encaminhada pela Ala Mármore e
216	Granitos LTDA;
217	<u>Discussão:</u> Conforme aponta o requerente o mesmo solicita ao CONSEMA/SC “novo



218 enquadramento para atividade de beneficiamento de rochas ornamentais para que o potencial
219 poluidor/degradador do ar seja P (pequeno) e não mais potencial M, considerando a
220 obrigatoriedade do uso de equipamentos que minimizam ou eliminam a geração de poeira
221 resultando baixo impacto para atmosfera. Esta medida também alterará o potencial
222 poluidor/degradador geral de M (médio) para P (pequeno).”
223 Analisando a atividade 10.10.00 - Aparelhamento de pedras para construção e execução de
224 trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras, apontada pelo demandante, a CTL
225 observou que o potencial poluidor é definido em função da natureza e das características do
226 empreendimento (aspectos ambientais) independente dos controles para mitigação dos
227 impactos. Desta forma não se justifica a alteração do potencial poluidor desta atividade.
228 Encaminhamento: elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências de
229 resposta ao requerente

230 231 **7. Assuntos Gerais.**

232 233 **a) Demandas apontada pelo CIMVI:**

234 a. Conforme processo n. 1373/19 do Município de Indaial. Rafael Malhas e Comércio de
235 Resíduos. Questiona se a atividade é licenciável devido a realizar apenas operações de corte
236 e enfardamento de resíduos de malhas limpas. Conforme análise efetuada, em consonância
237 com a legislação ambiental de resíduos que inclui a aplicação do MTR no Estado de Santa
238 Catarina. O entendimento desta câmara é que a atividade é passível de licenciamento
239 ambiental conforme enquadramento de armazenamento, reutilização ou reciclagem conforme
240 classificação e características do processo do empreendimento. Orienta ainda que a atividade
241 deve ser enquadrada conforme seu potencial poluidor e o porte indicado nas atividades. A
242 combinação destes fatores indicara a modalidade de licenciamento a ser aplicada ao
243 empreendimento.

244 b. Conforme Ofício CIMVI 1334/2019 envolvendo questionamento da empresa Brasil
245 Pellet Indústria e Comércio Ltda situada no município de Rio dos Cedros e que envolve o
246 Beneficiamento de madeira, sendo este o uso de serragem limpa para fabricação de Pellets
247 para insumo como combustível. Conforme define o Artigo 10 da Resolução Consema n
248 98/2017: “No licenciamento de um empreendimento deverá ser definida a Atividade Principal e
249 as Atividades Secundárias, quando houver. *Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido
250 para fins de licenciamento ambiental, deverá ser de acordo com a atividade que requeira o
251 estudo ambiental de maior complexidade.*” Desta forma para enquadramento do
252 empreendimento deve ser avaliado o processo do empreendimento de modo a identificar se
253 há atividades potencialmente poluidoras passíveis de licenciamento ambiental.
254 Adicionalmente, da mesma forma como no caso anterior, conforme análise efetuada, em
255 consonância com a legislação ambiental de resíduos que inclui a aplicação do MTR no Estado
256 de Santa Catarina. O entendimento desta câmara é que a atividade é passível de
257 licenciamento ambiental conforme enquadramento de armazenamento, reutilização ou
258 reciclagem conforme classificação e características do processo do empreendimento. Orienta
259 ainda que a atividade deve ser enquadrada conforme seu potencial poluidor e o porte indicado
260 nas atividades. A combinação destes fatores indicara a modalidade de licenciamento a ser
261 aplicada ao empreendimento.

262
263 **b) Representação do Crea –** incluir representante do Crea nas convocações.

264
265 **c) Memorandos/Ofícios pendentes de aprovação para próximas reuniões:**

266		
267	001/2019	Manifestação referente à
268		solicitação oriunda da
269		ouvidoria quanto à
270		regulamentação do art. 39
		do Código
		Tendo em vista o cancelamento da última reunião do Plenário,
		após consulta à Vice-Presidência do CONSEMA, decidiu-se dar
		seguimento à CTL para análise e emissão de parecer (ou de
		proposta/minuta), referente à solicitação oriunda da ouvidoria
		quanto ao questionamento se há regulamentação do art. 39 do



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

271		Ambiental	Código Ambiental, que é de competência do CONSEMA.
272			Stevens Spagnollo/ANS – Engenheiro / Coordenadoria de
273			Desenvolvimento Ambiental de Blumenau
274	002/2019	Manifestação sobre	Questiona sobre qual procedimento deve ser adotado para
275		Esclarecimento de	licenciamento de Centro de Distribuição de produtos de vestuário
276		procedimento para	que segundo a Resolução do CONSEMA esta atividade se
277		licenciamento de Centro de	enquadra no código 47.84.00-Terminal Rodoviário de Carga. No
278		Distribuição – Ofício	entanto, analisando a IN 68 do IMA para licenciamento de
279		_RE/011/2018. Base	Terminais e Comércio Atacadista e Depósitos os técnicos do IMA
280		Ambiental	se posicionaram que no caso do empreendimento acima não
281			necessita de Licenciamento Ambiental devido o empreendimento
282			não transportar produtos perigosos. Já a FMDAS (Fundação de
283	003/2019	Manifestação acerca do	Meio Ambiente de São José) se posicionou a favor do
284		Ofício SAMA Joinville	licenciamento.
285		n.134/2018 – Dúvida sobre	Ofício n.134/2018 questiona o enquadramento da atividade de
286		enquadramento de oficinas	oficinas de pintura de veículo sem função dos códigos 11.50.01,
287		de pintura de veículos e	71.00.00 e das atividades envolvidas.
288		Ofício SAMA Joinville n.	Ofício n.135/2018 questiona sobre o licenciamento relativo ao
289		135/2018 – Dúvida sobre	enquadramento de Condomínios Residenciais abrangidos pelos
290		enquadramento de	códigos 71.11.01, 71.11.02, 71.11.06 que se encontram em área
291		Condomínios	de expansão da rede coletora e tratamento.
292	004/2019	Proposta IMA para	Solicita alteração e inclusão de atividades enquadradas pelos
293		licenciamento e	códigos 34.16.00/34.16.10.Foi avaliado que o impacto para a
294		enquadramento de	telefonias no caso de alteração de faixas de porte das atividades
295		atividade de Estações de	abrangidas pelos códigos 34.16.00/34.16.10. Historicamente
296		Rádio Base – ERBs, de	para criar o código de antenas de celulares era exigido
297		Radiodifusão de sons	EIA/RIMA. A alteração dos portes e potencial poluidores
298		(RADIO) e Radiodifusão de	influenciaria outras atividades como os serviços de telefonia e
299		Imagens e Sons, apensado	celular, demanda já pacificada há alguns anos (conforme Leis
300		o Ofício GABP/DILIC 188	Estaduais n. 12.864/04, 14675/09 e Lei Federal n 13.116/15).
301		Solicitação de	Desta forma buscando compatibilizar a legislação com as
302		Licenciamento por LAC de	atividades envolvidas incluindo aquelas declaradas pela
303		Antenas de	ACAERT acatou-se a sugestão do IMA, conforme Ofício
304		Telecomunicações com	GABP/DILIC n. 188/19 para adoção de LAC para estas
305		Estrutura em Torre ou	atividades, conferindo uniformidade para implantação e operação
306		Poste e Compartilhamento	das antenas de telecomunicação, mantendo-se os mesmos
307		de Estrutura em Torre ou	parâmetros.
308		Poste para Antenas de	
309		Telecomunicações	
310		Licenciamento de Antenas.	
311	005/2019	Resposta ao ofício nº	Conforme parecer ata do dia 21.02.2019.
312		114/2018 da Fundação do	
313		Meio Ambiente de	
314		Guaramirim, referente ao	
315		licenciamento ambiental do	
316		código 26.50.01 -	
317		Industrialização de produtos	
318		de origem animal	
319	006/2019	Discussão sobre a revisão	Elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para
320		dos códigos relativos à	providências de resposta ao requerente.
321		piscicultura nas Resoluções	
322		CONSEMA nº 98 e	
323		99/2017, a fim de adequá-	
		los a Lei Estadual nº	
		17.622/2018, conforme	
		demanda oriunda da	
		EPAGRI	
	007/2019	Discussão e elaboração de	Elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para
		minuta de resposta ao e-	providências de resposta ao requerente.
		mail recebido da Secretaria	
		Executiva do CONSEMA,	
		referente ao	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

324		enquadramento de tanque	
325		de combustível, conforme	
326		demandada encaminhada	
327		pelo Sr. Carlos Freitas	
328	008/2019	Discussão e elaboração de	Elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para
329		minuta de resposta ao e-	providências de resposta ao requerente.
330		mail recebido da Secretaria	
331		Executiva do CONSEMA,	
332		referente ao	
333		enquadramento da	
334		atividade de beneficiamento	
335		de mármore e pedras	
336		ornamentais, conforme	
337		demandada encaminhada	
338		pela Ala Mármore e	
339		Granitos LTDA	
340	II - ENCERRAMENTO:		
341	Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta		
342	convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de		
343	todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene		
344	Chegatti.		